



Prefeitura Municipal de Guzolândia

"Paço Municipal Prefeito Antonio Pereira de Carvalho"
ESTADO DE SÃO PAULO

Publicação
29/03

CONTRATO Nº 012/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO/PEDAGÓGICO (APOSTILAS) E LICENÇA DE USO DE SOFTWARE

O Município de Guzolândia-SP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 45.746.112/0001-24, com sede na Avenida Paschoal Guzzo, nº 1.065, nesta cidade de Guzolândia-SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Senhor Márcio Luís Cardoso, portador do RG nº 11.520.534-SSP/SP e do CPF nº 025.880.418-17, residente e domiciliado na Rua do Vereador, nº 984, no município de Guzolândia-SP, doravante denominado simplesmente Contratante, e de outro lado a empresa **Editora Dangus Ltda**, devidamente inscrita no CNPJ nº 03.892.051/0001-63 e Inscrição Estadual nº 213.004.400.117, com sede na Rua Brasil, nº 79, Bairro Centro, CEP: 16.210-000, no município de Bilac-SP, neste ato representada pela sua sócia-proprietária, a Senhora Lúcia Sidnéia Risson Barbieri, portadora do RG. nº 10.400.551-8-SSP/SP e do CPF nº 054.636.758-56, residente e domiciliada na Rua Marechal Deodoro, nº 655, Bairro Centro, no município de Bilac-SP, doravante denominada simplesmente Contratada, nos termos do **Processo nº 968/2021**, fica justo e acertado o presente instrumento para fornecimento de material didático/pedagógico e licença de uso de softwares, pelo tipo de **TÉCNICA** e **PREÇO**, que reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, aplicando, se, necessário, de forma subsidiária, a disposições da legislação civil, no que for pertinente e mediante as cláusulas e condições abaixo assinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO

1.1. A Contratada, neste ato e por este instrumento, como vencedora do **Processo nº 968/2021, Licitação nº 001/2022, Edital nº 002/2022 e Tomada de Preço nº 001/2022**, cujo Edital e demais termos integram este contrato, independentemente de transcrição, para o fornecimento de solução pedagógica de ensino, composto pelo fornecimento de material didático impresso e digital a ser utilizado por alunos e professores da Rede Municipal de Ensino, abrangendo a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos iniciais, software educacional, bem como assessoria pedagógica e formação continuada dos gestores e professores, com disponibilização de um portal educacional on-line para acesso dos gestores, professores, responsáveis e alunos, conforme Termo de Referência (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA-DOS PREÇOS

2.1. O valor global para o objeto deste Contrato é de **R\$ 228.768,00 (duzentos e vinte e oito mil setecentos e sessenta e oito reais)**, sendo **R\$ 50.768,00 (cinquenta mil setecentos e sessenta e oito reais)**, para ensino infantil (material didático/pedagógico (apostilas), **R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil)**, para ensino fundamental (material didático/pedagógico (apostilas) e **R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)** ao valor de **R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**, mensais, para ensino fundamental (softwares pedagógicos, através da licença de uso), neles incluídos todos os custos e tributos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação.

2.2. A Contratante se reserva ao direito de cancelar a proposta, algum item a seu critério e sem qualquer obrigação de indenizar a Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02 - PODER EXECUTIVO

021002 - DEC - ENSINO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12.361.0007.2015.0000 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

[Handwritten signatures]



Prefeitura Municipal de Guzolândia

"Paço Municipal Prefeito Antonio Pereira de Carvalho"

ESTADO DE SÃO PAULO

02 - PODER EXECUTIVO

021002 - DEC - ENSINO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12.361.0007.2015.0000 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

02 - PODER EXECUTIVO

021002 - DEC - ENSINO

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12.365.0007.2020.0000 - MANUTENÇÃO DA PRÉ-ESCOLA MUNICIPAL

CLÁUSULA QUARTA-DOS PRAZOS

4.1. A Contratada compromete-se a efetuar a entrega do material didático a qual atende aos requisitos e especificações constantes do objeto, nas dependências do Departamento Municipal de Educação e Cultura, no prazo de até **15 (quinze)** dias a contar do recebimento da solicitação de material;

4.2. A Contratante poderá exigir a troca do material, quando este estiver em condições inadequadas de uso, comprovado pela Comissão Especial de Licitação.

4.3. A Contratada compromete-se a efetuar a implantação de softwares pedagógicos o qual atende aos requisitos e especificações constantes do objeto, no prazo de até **30 (dias)** dias a contar do recebimento da solicitação pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

4.4. Prestar assessoria pedagógica e treinamentos nas datas previamente pré-estabelecidas.

4.5. A Contratada obriga-se a respeitar os prazos estabelecidos na programação pedagógica do município.

4.6. Para o cumprimento das obrigações assumidas, o proponente vencedor deverá adotar todas as providências que se fizerem necessárias para que os mesmos sejam realizados no prazo avençado.

CLÁUSULA QUINTA-DA VIGÊNCIA E DOS ADITAMENTOS

5.1. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo Contratual, de acordo com o artigo 57, inciso II da lei nº 8.666/93, a critério e conveniência da Administração Municipal, por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SEXTA-DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do material didático/pedagógico (apostilas) e prestação de serviços de softwares pedagógicos ocorrerão num prazo de **até 15 (quinze)** dias, contados a partir da emissão da nota fiscal, de acordo com os recursos Próprio, Federal e Estadual, discriminando os valores do Ensino Infantil, Fundamental e Software Pedagógico.

6.2. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de TED - Transferência Eletrônica Disponível na conta específica da empresa vencedora (**pessoa jurídica**) desta licitação, para isso, as licitantes deverão informar a conta bancária de preferência do **Banco do Brasil S.A.** ou **Caixa Econômica Federal**, e de acordo com a disponibilidade financeira e nos termos da Portaria Conjunta STN/FNDE nº 3, de 12 de dezembro de 2012.

6.3. A veracidade dos dados bancários descritos na proposta é de responsabilidade exclusiva das licitantes, ficando o Município eximido de quaisquer erros ou falhas nas informações fornecidas pelas licitantes em suas propostas.

6.4. Não será admitida em hipótese alguma a emissão de boleto bancário.

6.5. Eventual serviços onerará verba Federal, Estadual e própria constante no orçamento vigente, desde que existam recursos disponíveis.

6.6. Os pagamentos obedecerão as respectivas Ordem Cronológica, estabelecida no artigo 5º da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93 e suas alterações.

6.7. As notas fiscais/faturas deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ(s).



Prefeitura Municipal de Guzolandia

"Paço Municipal Prefeito Antonio Pereira de Carvalho"
ESTADO DE SÃO PAULO

- 6.8. Na Nota Fiscal emitida, deverá constar o nº deste Processo obrigatoriamente.
- 6.9. A Prefeitura Municipal não efetuará qualquer pagamento se a época do vencimento a empresa apresentar pendência de Regularidade Fiscal com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Federal, Estadual, Municipal ou CNDT.
- 6.10. A suspensão do pagamento por conta do disposto no item 6.9. não permite a contratada a paralisação do fornecimento dos serviços, sendo que após a regularização das pendências fiscais, o município providenciará, no prazo de 7 (sete) dias, o pagamento dos valores devidos.
- 6.11. Todas as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, máquinas, transbordo, transportes e traslados, estadias, diárias, gratificações, seguro de pessoal, seguros em geral, outras de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal e, ainda outras inerentes aos serviços contratados, despesas decorrentes do licenciamento ambiental de operação e CADRI são de responsabilidade exclusiva da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA-DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de 1 (um) ano.
- 7.2. Em havendo prorrogação do contrato nos termos do item 5.1. deste Edital, os valores originariamente contratados serão reajustados com base na variação da INPC-IBGE, ou do índice que venha substituí-lo, apurado no decurso do prazo entre a data do contrato e/ou da prorrogação, e a data da nova prorrogação, salvo nas hipóteses de alterações consensuais ou mesmo unilaterais que provoquem o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato lavrado a qualquer das partes contratantes, oportunidade em que deverá sofrer revisão de preços.

CLÁUSULA OITAVA-DA ACEITAÇÃO

- 8.1. Aceita a Contratada nos termos do § 2º, do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo a Administração, quando convocada a Contratada que não aceitar ou não retirar a Ordem de Execução de Serviço, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos prazos, ou revogar a Licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

CLÁUSULA NONA-DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA CONTRATADA

- 9.1. Fornecer os serviços licitados, obedecendo aos critérios do Edital, observando ainda o seguinte:
- 9.1.1. Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos serviços licitados;
- 9.1.2. A Contratada, por sua conta e risco, manterá os empregados necessários, se obrigando a cumprir todas as normas trabalhistas, tributárias, previdenciárias e securitárias referentes a estes trabalhadores, especialmente o recolhimento das contribuições devidas ao INSS, FGTS e outras, não tendo a contratante nenhuma responsabilidade trabalhista para com este empregado, sem solidária ou subsidiariamente;
- 9.1.3. A Contratada assume, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do objeto licitado, necessários à boa e perfeita execução do presente Contrato, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos e subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante e a terceiros;
- 9.1.4. Os danos e prejuízos mencionados no item anterior serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 horas, contado de notificação administrativa ao contratado, sob pena de multa;
- 9.1.5. A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos, obrigações ou compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato praticado pela Contratada, seus empregados, preposto ou subordinado;
- 9.1.6. Constituirá ônus exclusivos da Contratada o pagamento de tributos Federais, Estaduais e Municipais, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto;



Prefeitura Municipal de Guzolandia

"Paço Municipal Prefeito Antonio Pereira de Carvalho"

ESTADO DE SÃO PAULO

- 9.1.7. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;
- 9.1.8. A recusa injustificada da Contratada em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeita, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste;
- 9.1.9. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias licitadas, fica sujeita a Contratada às penalidades previstas no caput do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, sendo 1% (um por cento) do valor da parcela mensal, por dia de atraso;
- 9.1.10. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor dos serviços licitados;
- 9.1.11. As multas serão autônomas, e a aplicação de uma não exclui a outra;
- 9.1.12. A Rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e por escrito pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração, por inexecução total ou parcial do ajuste, sem prejuízos das consequências legais;
- 9.1.13. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- 9.1.14. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;
- 9.1.15. O descumprimento, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas neste contrato sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei de Licitações;
- 9.1.16. A Contratante se reserva o direito de descontar o preço avençado o valor de qualquer multa imposta à Contratada, em virtude do não cumprimento das condições estipuladas neste contrato e que não sejam determinantes de rescisão contratual;
- 9.1.17. As multas mencionadas neste contrato corresponderão à gravidade da infração, até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do preço do objeto licitado, em cada caso, ficará resguardado o direito de ampla defesa;
- 9.1.18. À Contratada, é vedado, transferir, ceder ou dar em garantia, ou vincular, de qualquer forma, total ou parcial, para terceiros ou prepostos, seja Pessoa Física ou Jurídica, o objeto deste contrato, e os direitos dele decorrente.
- 9.1.19. A Contratada é exclusivamente responsável pelo conteúdo do material didático fornecido.

CLÁUSULA DÉCIMA-DA RESCISÃO

- 10.1. A Contratante poderá, a qualquer tempo e sem qualquer ônus ou responsabilidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, rescindir este contrato independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extra, quando a Contratada:
- 10.1.1. Deixar de cumprir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato;
- 10.1.2. Suspender os serviços, sem justa causa ou força maior, por prazo superior a 5 (cinco) dias;
- 10.1.3. Transferir, no todo ou em parte, o presente contato, sem a prévia anuência da Contratante;
- 10.1.4. Não dar aos serviços, andamento capaz de atender os prazos;
- 10.1.5. Incidir em qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, Incisos I a XII e XVII da Lei Federal nº 8.666/93;
- 10.1.6. Em caso de rescisão contratual, a Contratada reconhece os direitos da Contratante, previstos no artigo 77 da Lei Federal nº 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Guzolândia

"Paço Municipal Prefeito Antonio Pereira de Carvalho"
ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-DO FUNDAMENTO LEGAL

11.1. O presente instrumento rege-se pelas normas gerais previstas na Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, pelas Medidas Provisórias e pelas Legislações específicas, cujos efeitos atinjam este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-DOS HERDEIROS OU SUCESSORES

12.1. O presente contrato não só obriga a Contratada, como também seus herdeiros ou sucessores, em todas as suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA-DA FALÊNCIA

13.1. Nos casos de falência, dissolução, alteração de contrato social, modificação da finalidade ou de estrutura da Contratada, a rescisão somente se dará se resultar evidenciado que a ocorrência torna inviável a execução do contrato, resultará em prejuízos ou não possibilidade de cumprimento de sua prestação mesmo presumidamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DO FORO

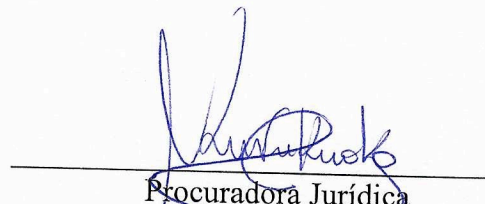
14.1. Para todas as questões divergentes oriundas do presente contrato não resolvidas administrativamente será competente o foro da Comarca de Auriflama-SP, renunciando as partes a qualquer outro por mais especial que possa ser.

14.2. E assim, por estarem justos e contratados, as partes livres de qualquer erro, dolo, coação, simulação ou fraude, assinam o presente em três vias de igual teor para um só fim, na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram, para que supra seus regulares efeitos de direito.

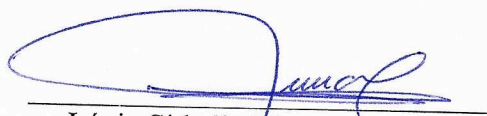
Guzolândia, 11 de março de 2022.

PELA CONTRATANTE:


Prefeito Municipal



Procuradora Jurídica

PELA CONTRATADA:


Lúcia Sidnéia Risson Barbieri
RG. nº 10.400.551-8-SSP/SP

TESTEMUNHAS

1ª 
Tânia Aparecida de Carvalho Falco
RG. 40.644.950-8-SSP/SP

2ª 
Fernanda Antunes Garcia
RG. 48.132.373-2-SSP/SP